

Agenda Estratégica para a Indústria Química Brasileira 2027–2035

Complexidade econômica, efeitos multiplicadores
e políticas orientadas por missões

Transformar os recursos naturais e energéticos do Brasil em capacidades produtivas complexas, cadeias industriais de alto valor agregado e empregos qualificados, reduzindo dependências externas e posicionando o país como liderança global na nova economia industrial de baixo carbono.

01

RESUMO EXECUTIVO

3-8

02

A INDÚSTRIA QUÍMICA COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

9-12

03

A QUÍMICA COMO SETOR DE ALTA COMPLEXIDADE ECONÔMICA

13-15

04

OS EFEITOS MULTIPLICADORES DA QUÍMICA

16-18

05

PRINCÍPIOS TRANSVERSAIS PARA A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA QUÍMICA

19-22

06

FALHAS INDUSTRIAIS DA COMPETITIVIDADE BRASILEIRA

23-26

07

O CONCEITO DE POLÍTICAS ORIENTADAS POR MISSÃO

27-29

08

PLEITOS DA INDÚSTRIA QUÍMICA

30-49

09

CONCLUSÃO

50-53

*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*

2027–2035

01

Resumo executivo

01

Resumo executivo

A indústria química ocupa posição central na estrutura produtiva brasileira por três atributos que se reforçam mutuamente: é um setor de elevada complexidade econômica, que possui forte capacidade de encadeamento e que tem efeitos multiplicadores expressivos. Além disso, desempenha papel estratégico na transição energética, na segurança produtiva nacional e na competitividade de praticamente todas as cadeias industriais.

Apesar dessas características, o setor enfrenta um processo persistente de perda de competitividade, refletido no aumento da dependência de importações, na redução da utilização da capacidade instalada e na queda dos investimentos produtivos. Entre 2007 e 2025, o déficit comercial da indústria química aumentou de US\$ 13,3 bilhões para aproximadamente US\$ 60 bilhões, enquanto a dependência de importações passou de 27% para cerca de 50% da demanda doméstica. No mesmo período, a utilização da capacidade instalada caiu de 87% para aproximadamente 64%, os investimentos produtivos anuais recuaram de US\$ 2,2 bilhões para apenas US\$ 200 milhões e o investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento reduziu-se de 0,78% para 0,30% da receita líquida. Essa trajetória evidencia que o país deixou de perder apenas participação de mercado: passou também a perder capacidade de investir, inovar e expandir sua base industrial.

Esse cenário, entretanto, pode ser revertido. O Brasil reúne vantagens comparativas relevantes, como abundância de petróleo e gás natural, ampla disponibilidade de biomassa, matriz elétrica predominantemente renovável, mercado consumidor expressivo e uma base industrial consolidada. O desafio consiste em transformar essas vantagens naturais em vantagens competitivas permanentes, capazes de atrair investimentos industriais de escala global, ampliar a agregação de valor aos recursos nacionais e fortalecer a competitividade da produção instalada no país.

Para isso, esta Agenda propõe uma estratégia de longo prazo estruturada em missões públicas orientadas pelos princípios da competitividade, segurança econômica, sustentabilidade, inovação e coordenação institucional. Seu propósito é reposicionar o Brasil como protagonista da química sustentável, aumentar a complexidade econômica nacional e fortalecer a capacidade do país de produzir, inovar e competir em um ambiente internacional cada vez mais desafiador.

Resumo executivo *cont.*

A Agenda reconhece que a reconstrução da competitividade exige duas frentes de atuação complementares. A primeira reúne medidas emergenciais, voltadas à preservação da capacidade produtiva instalada e à recuperação das condições mínimas de competitividade da indústria, incluindo a ampliação do acesso ao crédito e ao financiamento, a disponibilização de insumos estratégicos em condições competitivas, o fortalecimento dos instrumentos de defesa comercial e o combate a práticas desleais e operações predatórias. A segunda compreende medidas estruturantes, destinadas a reposicionar o Brasil como um dos principais polos mundiais da indústria química, por meio do desenvolvimento de mercados para produtos sustentáveis, da ampliação dos investimentos em inovação e pesquisa, da modernização tecnológica, da expansão da química renovável e circular e do fortalecimento permanente da competitividade nacional. Essas duas dimensões são indissociáveis: sem medidas emergenciais, a indústria perde capacidade para investir e sem reformas estruturantes, o país não recupera sua capacidade de competir e liderar no longo prazo.

Competitividade no presente, liderança no futuro

A perda de competitividade da indústria química brasileira não decorre da ausência de recursos naturais ou de mercado consumidor. Ao contrário, o Brasil reúne petróleo, gás natural, biomassa, matriz energética de baixa intensidade de carbono e uma base industrial instalada.

Reverter esse processo exige combinar ações emergenciais de preservação da capacidade produtiva com medidas estruturantes voltadas à construção de vantagens competitivas permanentes.

No curto prazo, é essencial assegurar condições mínimas para que a indústria instalada permaneça competitiva, por meio da ampliação do acesso ao crédito e ao financiamento, da disponibilização de insumos estratégicos em condições competitivas, do fortalecimento dos instrumentos de defesa comercial e do combate a práticas desleais e operações predatórias.

Ao mesmo tempo, a experiência internacional demonstra que projetos industriais de escala global somente se tornam viáveis quando três condições estruturais estão presentes simultaneamente:

- mercado com escala competitiva;
- insumos e infraestrutura eficientes (energia, gás natural, logística e matérias-primas);
- financiamento competitivo e de longo prazo para investimentos.

Esses fatores, aliados à previsibilidade regulatória, à segurança jurídica e à coordenação das políticas públicas, explicam por que os principais investimentos químicos globais vêm sendo direcionados a economias como Estados Unidos, China e países do Oriente Médio.

01

Resumo executivo *cont.*

1.1 A química como infraestrutura econômica estratégica

Por que a indústria química é estratégica para o Brasil?

A indústria química representa uma infraestrutura produtiva essencial ao funcionamento da economia moderna, análoga em sua função sistêmica, à energia ou à logística. Seus produtos são insumos essenciais, indispensáveis para praticamente todos os setores, como a agricultura, saúde, saneamento, construção civil, energia, mobilidade, defesa, semicondutores, baterias e tecnologias associadas à transição energética. Justamente por isso, o desempenho da química não fica contido no próprio setor: ele se propaga para toda a estrutura produtiva.

A crescente fragmentação geopolítica, as disrupções observadas durante a pandemia e os conflitos internacionais recentes demonstraram que a dependência excessiva de importações em cadeias críticas representa risco econômico e estratégico para os países. **Fortalecer a indústria química significa ampliar a capacidade nacional de produção, reduzir vulnerabilidades externas, aumentar a segurança de suprimento, aumentar o encadeamento entre seus elos, adensar a cadeia produtiva e fortalecer a resiliência da economia brasileira diante de choques internacionais.**

O país possui condições únicas para liderar essa transformação, combinando recursos naturais abundantes, matriz energética de baixa intensidade de carbono e mercado interno relevante. Entretanto, essa oportunidade somente será aproveitada se o Brasil voltar a oferecer condições competitivas para a implantação de projetos industriais de escala global. Esta agenda parte do princípio de que o desenvolvimento industrial do século XXI não será determinado pela abundância de recursos naturais, mas pela **capacidade de transformá-los em produtos, tecnologias e cadeias produtivas de maior complexidade e valor agregado.**

O momento internacional, marcado pela reconfiguração de cadeias produtivas e pela maior preocupação com a segurança econômica, abre uma janela de oportunidade para reposicionar a indústria nacional. **A crescente utilização de políticas industriais, energéticas e tecnológicas pelas principais economias do mundo torna indispensável que o Brasil adote estratégia própria para preservar sua competitividade, ampliar sua segurança econômica e capturar oportunidades associadas à reorganização das cadeias globais de valor.**

01

Resumo executivo cont.

Objetivos específicos da agenda:

- *Redução da dependência de importações em cadeias químicas estratégicas;*
- *Aumento da utilização da capacidade instalada das plantas existentes, reduzindo a ociosidade industrial;*
- *Fortalecimento do encadeamento produtivo e do adensamento da cadeia química;*
- *Expansão das cadeias de maior valor agregado e maior complexidade tecnológica;*
- *Ampliação da integração entre rotas fósseis, renováveis e circulares;*
- *Disponibilização de infraestrutura competitiva (portos, ferrovias, rodovias, cabotagem e energia) como eixo estruturante da competitividade;*
- *Ampliação da oferta de crédito e instrumentos de financiamento voltados à expansão dos investimentos produtivos (CAPEX) e da competitividade operacional;*
- *Melhora na eficiência energética e ambiental dos processos produtivos.*

A Agenda parte de uma premissa fundamental: reconstruir a competitividade da indústria instalada no Brasil é condição necessária para ampliar investimentos, acelerar a inovação, desenvolver novos mercados e consolidar a liderança brasileira na química sustentável. Instrumentos como a defesa comercial são essenciais para assegurar condições equitativas de concorrência, mas, isoladamente, não eliminam os fatores estruturais responsáveis pela perda de competitividade da indústria nacional.

01

Resumo executivo cont.

Impactos econômicos potenciais da agenda

As estimativas de impacto econômico, derivadas de análise de matriz insumo-produto, evidenciam a magnitude dos efeitos esperados, resultados da implementação coordenada desta agenda. São eles:

Evolução da competitividade da indústria química brasileira e cenários para 2035

Indicadores	2007	2015	Atual 2025	Objetivo 2035	Inação (BAU) 2035
Redução do déficit comercial químico	US\$13,3 bilhões	US\$ 25,4 bilhões	US\$ 60 bilhões	US\$ 30 bilhões	US\$ 138 bilhões
Diminuição da dependência externa	27%	30%	50%	20%	71%
Aumento da utilização da capacidade instalada	87%	78%	64%	90%	54%
Ampliação do uso de matérias-primas renováveis	n.d.	n.d.	~3%	15%	3%
Redução do custo do gás natural	US\$ 5,6/MMBTU	US\$ 6,9/MMBTU	US\$ 10,8/MMBTU	US\$ 5/MMBTU	US\$ 10/MMBTU
Ampliação dos investimentos produtivos anuais	US\$ 2,2 bilhões	US\$ 700 milhões	US\$ 200 milhões	US\$ 5 bilhões	US\$ 50 milhões
Aumento do investimento em P&D (% Receita líquida)	0,78%	0,40%	0,30%	1,50%	0,18%
Maior participação de matérias-primas circulares (recicladas)	n.d.	n.d.	~2%	10%	~5%
Decréscimo de emissões	n.d.	n.d.	—	Até 4,3 MtCO ₂ e/ano	Decréscimo por fechamento de fábricas

Os indicadores apresentados evidenciam que a Agenda não busca apenas melhorar o desempenho futuro da indústria química, mas interromper uma trajetória de perda de competitividade observada ao longo das últimas duas décadas. Da mesma forma, demonstram que o custo da inação será significativamente superior ao aumento da dependência de importações, podendo resultar na perda definitiva de capacidades produtivas, investimentos, empregos qualificados, inovação e protagonismo industrial.



*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*
2027–2035

02

**A indústria química
como base
do desenvolvimento
econômico**

02

A indústria química como base do desenvolvimento econômico

A indústria química ocupa posição estratégica na economia por sua altíssima capacidade de encadeamento produtivo, uma vez que ela é fornecedora de insumos essenciais. Isso significa que seu desempenho impacta diretamente a produtividade e a competitividade do conjunto da economia. Quando a química é forte, ela "puxa" toda a cadeia industrial, quando enfraquece, sua retração se propaga para os setores que dela dependem.

No caso brasileiro, há um descompasso relevante entre demanda e produção. Enquanto o consumo de produtos químicos cresceu de forma consistente nas últimas décadas, a produção instalada no país não acompanhou esse ritmo, sendo crescentemente substituída por importações. Em 2025, quase metade da demanda interna foi atendida por produtos importados, gerando elevados déficits comerciais no setor. Esse processo não é apenas econômico, é também estratégico: a pandemia e os choques geopolíticos recentes mostraram que a dependência externa em cadeias críticas pode gerar riscos sistêmicos, afetando desde a produção agrícola até o sistema de saúde.

2.1 A nova competição industrial global

A política industrial voltou ao centro da estratégia econômica das principais economias do mundo, não como nostalgia desenvolvimentista, mas como resposta pragmática à constatação de que mercados, sozinhos, não constroem complexidade produtiva nos setores estratégicos.

Os **Estados Unidos** implementaram o Inflation Reduction Act (IRA), mobilizando centenas de bilhões de dólares para atrair investimentos industriais, acelerar a transição energética e fortalecer ecossistemas industriais e cadeias produtivas estratégicas. A **União Europeia** respondeu por meio do Net-Zero Industry Act, do Critical Raw Materials Act e de novos mecanismos de proteção da competitividade industrial, incluindo instrumentos relacionados ao carbono na fronteira. A **China** mantém políticas industriais de longo prazo voltadas à liderança em setores estratégicos, enquanto países como Índia, Coreia do Sul e Japão também ampliam instrumentos de apoio à produção instalada no país e à segurança econômica.

02

A indústria química como base do desenvolvimento econômico *cont.*

Por que os investimentos seguem determinados países?

A experiência internacional demonstra que os grandes investimentos industriais tendem a se concentrar em países capazes de combinar cinco atributos: previsibilidade regulatória, ecossistemas industriais integrados, escala de mercado, coordenação entre Estado e iniciativa privada e uma estratégia sistêmica de competitividade. Esses fatores reduzem o risco dos investimentos e aumentam a atratividade para projetos intensivos em capital.

Nesse contexto, a competitividade industrial deixou de ser resultado exclusivo das forças de mercado e passou a depender crescentemente da capacidade dos países de coordenar políticas industriais, energéticas, tecnológicas e comerciais em torno de objetivos comuns. O Brasil reúne vantagens únicas em recursos naturais, biomassa, energia renovável e capacidade industrial instalada. **Entretanto, para transformar essas vantagens em liderança econômica, será necessário adotar estratégia própria de desenvolvimento produtivo, inovação e agregação de valor.**

2.2 Prioridades Estratégicas para 2027-2030

Competitividade dos insumos estratégicos

- Mercado competitivo de gás natural.
- Fomento ao desenvolvimento de soluções técnicas que permitam reduzir a reinjeção de gás e a ampliação da oferta doméstica.
- Estratégia nacional para matérias-primas petroquímicas.
- Aproveitamento industrial dos líquidos do gás natural.
- Redução dos encargos energéticos.

02

A indústria química como base do desenvolvimento econômico *cont.*

2.2 Prioridades Estratégicas para 2027-2030 *cont.*

Formação de mercados

- Compras públicas sustentáveis e mercados líderes para produtos de maior valor agregado.

Nova Química

- Programa Nacional de Biorrefino e Química Renovável.
- Implementação equilibrada do mercado regulado de carbono e integração das políticas de transição.

Segurança econômica

- Fortalecimento da defesa comercial e criação de instrumentos de ajuste de carbono na fronteira.

Competitividade de longo prazo

- Financiamento da modernização industrial, inovação e descarbonização.

*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*
2027–2035

03

**A química como
setor de alta
complexidade
econômica**

03

A química como setor de alta complexidade econômica

A indústria química ocupa posição singular na estrutura produtiva moderna porque combina, de maneira rara, três características: elevada intensidade tecnológica, forte capacidade de geração de valor agregado e ampla integração com praticamente todas as cadeias econômicas. Ela está entre os setores mais complexos da economia mundial, pois produtos químicos não são commodities ubíquas: eles incorporam conhecimento científico, engenharia de processos, inovação tecnológica, capacidade industrial e redes produtivas altamente especializadas que poucos países conseguem reunir. Por essa razão, os países que dominam segmentos químicos de maior valor agregado tendem a apresentar níveis sistematicamente mais elevados de produtividade, inovação e renda per capita.

O que torna a química um setor de alta complexidade?

Diversidade de capacidades: produzir um único polímero de especialidade exige domínio simultâneo de catálise, engenharia de processos, controle de qualidade, segurança industrial e logística de insumos. Capacidades que, uma vez instaladas, servem de base para o desenvolvimento de muitos outros produtos.

Exclusividade (não ubiquidade): ao contrário de bens primários, que muitos países produzem, os químicos de maior valor agregado são feitos por poucas economias. É essa raridade que confere alta complexidade e poder de barganha nas cadeias globais de valor.

Conexões no espaço de produtos: a química é o elo central no espaço de produtos, dominá-la abre caminho, por proximidade de capacidades, para dezenas de outras cadeias sofisticadas, da farmacêutica aos materiais avançados.

03

A química como setor de alta complexidade econômica *cont.*

As principais economias industriais do mundo construíram sua competitividade apoiadas em cadeias químicas robustas. Alemanha, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e, mais recentemente, a China utilizaram a química como plataforma de complexificação: um ponto de partida a partir do qual desenvolveram setores estratégicos, ampliaram exportações sofisticadas e expandiram sua inserção nas posições mais altas das cadeias globais de valor. Não é coincidência que os países com maior índice de complexidade econômica sejam, em sua maioria, potências químicas.

Apesar de o Brasil reunir vantagens únicas, a estrutura produtiva nacional permanece concentrada em segmentos de menor complexidade relativa, enquanto parcela crescente da demanda doméstica por produtos químicos de maior valor agregado é atendida por importações. Esse processo empurra o país para baixo na escada da complexidade, justamente o movimento inverso ao do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, essa realidade revela uma importante oportunidade. A experiência internacional e a própria teoria da complexidade demonstram que os países avançam quando utilizam as capacidades instaladas para ingressar em segmentos produtivos adjacentes mais sofisticados. No caso brasileiro, a combinação entre petroquímica, gás natural, biomassa, química renovável, economia circular e novas tecnologias de transição energética cria condições especialmente favoráveis para essa diversificação por proximidade: o Brasil não precisa partir do zero, mas adensar e sofisticar o que já sabe fazer. Poucos países reúnem essa combinação, que acaba por reduzir substancialmente os custos da transição industrial. Estudos recentes apontam que a utilização integrada desses recursos pode reduzir em cerca de US\$ 20 bilhões as necessidades de investimento para descarbonização da indústria química quando comparada a cenários de menor disponibilidade de biomassa e reciclagem.

Fortalecer a indústria química, portanto, não significa apenas ampliar a produção de um setor específico. Significa desenvolver capacidades produtivas, tecnológicas e inovadoras que se disseminam por toda a economia. Por sua elevada complexidade e por seu efeito multiplicador, a química deve ser tratada como um dos pilares centrais de uma estratégia nacional de reindustrialização, inovação, competitividade de longo prazo e como um dos caminhos mais eficazes para elevar a complexidade econômica do Brasil como um todo.

*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*
2027–2035

04

**Os efeitos
multiplicadores
da química**

04

Os efeitos multiplicadores da química

Se a complexidade explica por que a química é estratégica do ponto de vista do conhecimento produtivo, os efeitos multiplicadores explicam quanto ela movimenta a economia como um todo. Os dois conceitos são faces da mesma moeda: setores complexos e densamente encadeados são precisamente aqueles cujo crescimento se propaga com maior intensidade pelo tecido produtivo.

A análise de matriz insumo-produto torna esse efeito mensurável. Um choque inicial de aproximadamente R\$ 41,3 milhões na produção química, corrigido pela própria estrutura do setor, uma vez que cerca de 24,8% de seus insumos vêm da própria indústria química, é capaz de gerar um aumento de produção de mais de R\$ 83 milhões quando considerados os efeitos diretos e indiretos, podendo alcançar quase R\$ 197 milhões quando incorporados os efeitos de renda e investimento. Em termos práticos, cada real investido na química mobiliza quase cinco reais de atividade econômica ao longo das cadeias a que ela está conectada. Esse dinamismo se traduz em expansão do PIB, aumento da arrecadação e, sobretudo, geração de emprego em larga escala, evidenciando o papel do setor como indutor de atividade econômica ao longo de toda a cadeia.

Os mecanismos do efeito multiplicador

i) Encadeamentos produtivos. Ao ampliar sua produção, a indústria química aumenta a demanda por insumos em dezenas de setores a montante, irradiando crescimento para fornecedores em toda a economia.

ii) Efeito renda. O crescimento da produção gera mais empregos e salários, geralmente de qualificação acima da média industrial, o que impulsiona o consumo das famílias e realimenta a demanda agregada.

iii) Efeito dinâmico (investimento). A redução da capacidade ociosa estimula novos investimentos quando há condições favoráveis. Embora mais limitado no curto prazo, esse é o mecanismo essencial para compreender o potencial de crescimento do setor no médio e longo prazo e é justamente sobre ele que as missões públicas desta agenda buscam atuar, criando previsibilidade e demanda que destravem o investimento privado.

04

Os efeitos multiplicadores da química *cont.*

A dimensão ambiental dos multiplicadores

No campo ambiental, o impacto imediato do aumento da utilização da capacidade instalada é mais sutil do que a intuição sugere. Boa parte da indústria química opera em regime de processo contínuo, e não por batelada: há uma carga fixa de consumo energético e de emissões que não recua na mesma proporção quando a planta produz menos. Por isso, quando a taxa de ocupação sobe, esses consumos fixos passam a ser diluídos por um volume maior de produção, o que reduz a intensidade de carbono por unidade ainda que o volume absoluto de emissões cresça. No caso da indústria química aqui analisada, esse ganho de eficiência equivale a uma redução de cerca de 0,084 kg de CO₂e por dólar ao longo da cadeia produtiva – o suficiente para tornar o efeito líquido sobre as emissões praticamente neutro no curto prazo. Em outras palavras, o setor passa a produzir mais com menos emissões por unidade, ainda que o volume total pouco se altere.

O verdadeiro potencial ambiental emerge no horizonte de médio e longo prazo, quando o aumento da utilização da capacidade pode destravar investimentos em tecnologias mais limpas. Caso o setor avance na substituição de capital por alternativas mais eficientes, aproximando-se dos padrões de países como Alemanha e Coreia do Sul, a redução de emissões pode alcançar até 4,26 milhões de toneladas de CO₂e por ano, considerando efeitos diretos e indiretos. Nesse cenário, a indústria química deixa de ser apenas uma grande emissora eficiente e passa a atuar como vetor de transição ecológica, combinando produtividade, inovação e sustentabilidade.

Os efeitos econômicos, sociais e ambientais associados à expansão da indústria química demonstram que a competitividade do setor transcende interesses setoriais. Fortalecer a química significa ampliar a produtividade sistêmica da economia, estimular investimentos, gerar empregos qualificados e acelerar a transição para uma base produtiva mais sustentável, inovadora e complexa. É exatamente esse caráter sistêmico que justifica tratar o tema como política pública estruturante e não como demanda de um setor.

*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*
2027–2035

05

**Princípios
transversais para a
competitividade da
indústria química**

05

Princípios transversais para a competitividade da indústria química

A transformação da indústria química brasileira exige mais do que ações isoladas ou medidas setoriais. Requer uma estratégia de longo prazo capaz de alinhar instrumentos de política industrial, energética, climática, comercial, regulatória e de inovação em torno de objetivos nacionais claramente definidos. Esta agenda está estruturada sobre cinco princípios transversais que devem orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da competitividade industrial.

A experiência internacional demonstra que as economias que mais atraem investimentos industriais são aquelas capazes de combinar energia e insumos competitivos, infraestrutura, logística, financiamento, inovação, qualificação profissional, segurança jurídica, previsibilidade regulatória e coordenação institucional. A competitividade industrial, portanto, constitui uma capacidade construída ao longo do tempo por meio de políticas públicas consistentes, visão estratégica e um ambiente favorável ao investimento produtivo. Nesse contexto, o fortalecimento da indústria química brasileira é plenamente compatível com sua crescente inserção nas cadeias globais de valor. A agenda não propõe restringir fluxos internacionais de comércio ou de investimentos, mas criar condições para que o Brasil amplie sua atratividade como plataforma competitiva de produção, inovação e agregação de valor, preservando a eficiência das cadeias globais de suprimento, fortalecendo a segurança econômica e ampliando sua inserção competitiva na economia internacional.

1. Competitividade

A competitividade deve ser tratada como objetivo permanente de Estado. A indústria química compete em mercados globais altamente integrados, nos quais diferenças relativamente pequenas nos custos de energia, matérias-primas, logística, tributação e ambiente regulatório influenciam decisões de investimento e localização produtiva. As políticas públicas devem contribuir para reduzir custos estruturais, ampliar a produtividade e assegurar competitividade aos principais insumos industriais, transformando as vantagens comparativas do Brasil em vantagens competitivas permanentes.

O fortalecimento da indústria química brasileira deve ocorrer por meio da ampliação da competitividade da produção instalada no país, da agregação de valor aos recursos nacionais e da atração de investimentos produtivos, preservando e ampliando sua inserção competitiva nas cadeias globais de valor. Os instrumentos de política industrial propostos nesta agenda devem ser calibrados de forma a fortalecer a produção instalada no país sem criar restrições que comprometam a eficiência das cadeias globais de suprimento ou reduzam a competitividade de empresas instaladas no país e inseridas no comércio internacional.



05

Princípios transversais para a competitividade da indústria química *cont.*

2. Segurança econômica

O fortalecimento da indústria química deve ampliar a resiliência produtiva nacional e reduzir vulnerabilidades externas em cadeias estratégicas. A crescente fragmentação geopolítica, as disrupções logísticas e a utilização de instrumentos econômicos como mecanismos de política externa tornaram a segurança econômica um elemento central das estratégias industriais das principais economias do mundo. Portanto, ampliar a produção instalada no país, reduzir dependências excessivas de importações e fortalecer ecossistemas industriais e cadeias produtivas estratégicas é objetivo legítimo de desenvolvimento nacional.

3. Sustentabilidade e transição produtiva

A transição para uma economia de baixo carbono é uma das principais transformações econômicas deste século. O Brasil reúne condições singulares para combinar competitividade industrial e sustentabilidade. Assim, a descarbonização deve ser tratada como oportunidade de industrialização, inovação e geração de valor agregado. As políticas públicas devem privilegiar resultados ambientais e econômicos, preservando a neutralidade tecnológica e permitindo que diferentes rotas produtivas concorram em igualdade de condições.

4. Inovação e agregação de valor

O aumento da complexidade econômica brasileira depende da capacidade de transformar recursos naturais, conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico em produtos de maior valor agregado. A inovação deve ser entendida como instrumento fundamental para elevar a produtividade, desenvolver novas cadeias industriais, ampliar a competitividade internacional e aumentar a participação brasileira nos segmentos mais sofisticados da economia global.

05

Princípios transversais para a competitividade da indústria química *cont.*

5. Coordenação institucional e visão de longo prazo

A competitividade industrial depende de estabilidade regulatória, previsibilidade e coordenação entre diferentes áreas de governo. A integração entre políticas industriais, energéticas, climáticas, comerciais, tributárias e de inovação é condição necessária para ampliar a efetividade dos instrumentos públicos e reduzir custos associados à fragmentação institucional. Transformar a competitividade industrial em política permanente de Estado exige mecanismos de governança capazes de assegurar continuidade, coordenação e visão estratégica de longo prazo.

Em conjunto, esses cinco princípios constituem a base para uma estratégia nacional voltada à ampliação da competitividade, ao fortalecimento da segurança econômica e à liderança brasileira em uma indústria química competitiva, sustentável, segura e de baixo carbono.

*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*

2027–2035

06

**Falhas industriais
da competitividade
brasileira**

06

Falhas industriais da competitividade brasileira

Como já referido aqui, o Brasil reúne condições excepcionais para se tornar um dos principais polos globais de produção química. Entretanto, essas vantagens ainda não se convertem plenamente em competitividade industrial. Enquanto diversas economias utilizam políticas coordenadas para transformar recursos naturais, inovação e infraestrutura em capacidade produtiva, a indústria química brasileira enfrenta obstáculos estruturais que limitam investimentos, reduzem a produtividade e ampliam a dependência de importações.

A perda de competitividade das últimas décadas não decorre da ausência de potencial econômico, tecnológico ou produtivo: ela resulta da persistência de falhas estruturais que afetam a capacidade do país de competir em igualdade de condições. A superação desses obstáculos é condição necessária para ampliar a produção instalada no país e fortalecer a segurança econômica.

As falhas estruturais apresentadas nesta agenda não representam apenas imperfeições do ambiente econômico, mas condicionantes que limitam a capacidade do país de desenvolver novas cadeias produtivas, atrair investimentos, estimular a inovação e ampliar sua inserção competitiva nas cadeias globais de valor. Sua superação requer políticas orientadas para a construção de capacidades produtivas, tecnológicas e institucionais, em linha com uma estratégia nacional de desenvolvimento industrial baseada em missões.

a) Falha de competitividade dos insumos estratégicos

A indústria química é energointensiva e altamente dependente de matérias-primas petroquímicas, logística e infraestrutura industrial. Apesar da abundância de recursos energéticos e naturais, o Brasil ainda apresenta custos significativamente superiores aos de importantes polos industriais internacionais. Limitações de infraestrutura, encargos setoriais, baixa concorrência em segmentos estratégicos, custos logísticos elevados e distorções regulatórias reduzem a competitividade da produção instalada no país e comprometem a atração de investimentos de longo prazo. Transformá-los em insumos competitivos é a principal condição para o fortalecimento das cadeias químicas e para a agregação de valor aos recursos energéticos e naturais brasileiros. A ausência de uma estratégia integrada para o aproveitamento industrial do petróleo, do gás natural e de seus derivados limita a agregação de valor doméstica e reduz a capacidade do país de capturar valor e complexidade ao longo das cadeias produtivas.

Falhas industriais da competitividade brasileira *cont.*

b) Falha de coordenação para investimentos de longo prazo

Projetos industriais no setor químico demandam elevados volumes de capital, longos períodos de maturação e grande previsibilidade regulatória. A ausência de integração entre a política energética, a política industrial, a política industrial química e os instrumentos de desenvolvimento reduz a capacidade do país de transformar seus recursos naturais em cadeias produtivas de maior valor agregado. Essa desarticulação limita investimentos, aumenta custos de coordenação e compromete oportunidades de industrialização que poderiam ser capturadas com baixo custo institucional.

A experiência internacional demonstra que grandes investimentos petroquímicos tendem a se concentrar em ambientes capazes de reduzir simultaneamente os riscos regulatórios, logísticos, tecnológicos e financeiros. A coordenação entre planejamento energético, infraestrutura, financiamento, desenvolvimento tecnológico e política industrial reduz a percepção de risco dos investidores e aumenta significativamente a atratividade de projetos intensivos em capital.

c) Falha de formação de demanda e desenvolvimento de mercados

A inovação industrial depende não apenas da capacidade de produzir, mas também da existência de mercados capazes de absorver novos produtos e tecnologias. No Brasil, cadeias associadas à química renovável, à economia circular, aos produtos de baixo carbono e às novas tecnologias industriais frequentemente enfrentam dificuldades para atingir escala econômica, mesmo quando apresentam vantagens ambientais e competitivas relevantes. A ausência de instrumentos estruturados de formação de mercado reduz incentivos ao investimento, dificulta a inovação e limita a consolidação de novas cadeias produtivas estratégicas.

A insuficiência de instrumentos para viabilizar o acesso competitivo à biomassa sustentável, aos resíduos recicláveis e às novas matérias-primas da bioeconomia também compromete a velocidade da transição produtiva. Estudos setoriais indicam que limitações nesses recursos podem elevar significativamente os custos de produção e os investimentos necessários para a descarbonização da indústria química, reduzindo a atratividade econômica das rotas de baixo carbono e retardando a consolidação de novos mercados.

06

Falhas industriais da competitividade brasileira *cont.*

d) Falha de inserção competitiva no comércio internacional

A indústria química brasileira compete em um ambiente global caracterizado por excesso de capacidade produtiva, subsídios governamentais, práticas comerciais distorcidas e crescente utilização de instrumentos de política industrial por outras economias. Em diversos segmentos, empresas instaladas no Brasil enfrentam concorrência de produtos importados produzidos sob condições regulatórias, energéticas e tributárias substancialmente distintas. O fortalecimento dos instrumentos de defesa comercial, da fiscalização aduaneira e da segurança econômica tornou-se essencial para preservar a capacidade produtiva nacional e assegurar condições equilibradas de concorrência.

e) Falha de governança e coordenação institucional

A competitividade industrial depende de um ambiente regulatório previsível, eficiente e coerente. Entretanto, a fragmentação entre políticas industriais, climáticas, energéticas, comerciais, regulatórias e de inovação frequentemente gera sobreposições, insegurança jurídica e aumento dos custos de conformidade. A ausência de mecanismos permanentes de coordenação reduz a efetividade das políticas públicas e dificulta a implementação de estratégias de longo prazo voltadas à reindustrialização, à inovação e à transição energética.

Das falhas estruturais às missões estratégicas

As missões foram estruturadas para enfrentar diretamente essas falhas de competitividade. Seu objetivo é construir uma estratégia integrada capaz de transformar vantagens naturais em vantagens competitivas permanentes, ampliar a produção instalada no país, estimular investimentos, fortalecer a inovação e posicionar o Brasil entre os principais polos globais da química sustentável e de baixo carbono.

*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*

2027–2035

07

**O conceito de
políticas orientadas
por missão**

07

O conceito de políticas orientadas por missão

Esta agenda adota como base teórica a abordagem das políticas orientadas por missão (mission-oriented policies), associada de forma proeminente ao trabalho de Mariana Mazzucato. Esse modelo propõe que o Estado atue não como mero corretor de falhas pontuais de mercado, mas como agente ativo na coordenação de investimentos e na criação e formatação de mercados, direcionando esforços públicos e privados para a solução de grandes desafios socioeconômicos.

A diferença em relação às políticas industriais tradicionais é decisiva. Em vez de selecionar setores isolados para proteger ou subsidiar, as missões são transversais e orientadas por objetivos: definem uma direção clara, por exemplo, a de descarbonizar a indústria de base ou substituir importações em cadeias críticas e, ainda, mobilizam, em torno dela, múltiplas áreas de governo e diferentes instrumentos. Combinam instrumentos de oferta (financiamento à inovação, crédito de longo prazo, infraestrutura, P&D) e de demanda (compras públicas, formação de mercados, padrões e certificação), reconhecendo que a inovação não floresce apenas quando se subsidia a produção, mas quando se cria, simultaneamente, mercado para o que é produzido.

Por que a abordagem por missões é adequada à química?

A química é um setor de alta complexidade e alto encadeamento. Falhas de mercado isoladas, um imposto aqui, um financiamento ali, não dão conta de um desafio que envolve, ao mesmo tempo, custo de insumos, formação de mercado, defesa comercial, inovação e coordenação regulatória. A missão pública é o instrumento capaz de articular todas essas frentes em torno de um objetivo comum, alinhando o investimento privado de longo prazo à direção definida pelo Estado.

07

O conceito de políticas orientadas por missão *cont.*

As missões contemporâneas estão fortemente associadas à transição energética, à sustentabilidade ambiental e à criação de novos mercados. Exemplos internacionais incluem o programa europeu Horizonte Europa e os grandes pacotes de investimento industrial e tecnológico dos Estados Unidos e da China.

No caso brasileiro, a aplicação dessa abordagem busca alinhar desenvolvimento industrial, inovação tecnológica e objetivos ambientais, especialmente no contexto das metas de descarbonização e, no plano mais profundo, **eleva a complexidade da economia nacional**.

As seis missões identificadas como prioritárias para a indústria química são:

- **Missão 1** – Insumos e infraestrutura competitivos como política de Estado;
- **Missão 2** – Demanda como indutor de investimento e de política industrial;
- **Missão 3** – Transição produtiva para uma base integrada entre rotas fósseis e renováveis (Nova Química);
- **Missão 4** – Fortalecimento da defesa comercial, competição justa e segurança econômica;
- **Missão 5** – Ampliação do investimento e da inovação;
- **Missão 6** – Governança e coordenação.

*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*
2027–2035

08

**Pleitos da indústria
química**

Pleitos da indústria química

As seis missões traduzem os principais desafios estruturais da competitividade da indústria química brasileira em propostas concretas de política pública.

Os pleitos estão organizados em três horizontes de implementação, reconhecendo que diferentes medidas possuem distintos níveis de complexidade, maturação e impacto econômico:

- **Curto prazo (2027–2028):** medidas regulatórias, tributárias, administrativas e institucionais capazes de produzir resultados em horizonte mais imediato;
- **Médio prazo (2028–2030):** iniciativas que exigem investimentos, aperfeiçoamentos regulatórios, coordenação institucional ou mudanças estruturais de maior complexidade;
- **Longo prazo (2030–2035):** transformações capazes de alterar de forma permanente a posição competitiva do Brasil, fortalecendo a produção instalada no país, a inovação, a descarbonização e a segurança econômica.

Missão 1 – Insumos e infraestrutura competitivos como política de Estado

Desafio. A indústria química depende intensamente de energia, gás natural, matérias-primas petroquímicas estratégicas, logística e infraestrutura. Apesar da abundância de recursos, o Brasil ainda não converte essas vantagens em custos competitivos, reduzindo sua capacidade de atrair investimentos, ampliar exportações, fortalecer a produção instalada no país e reduzir vulnerabilidades externas em cadeias estratégicas.

Objetivo. Transformar insumos estratégicos em vetores permanentes de competitividade industrial, ampliando a concorrência, reduzindo custos estruturais, fortalecendo a infraestrutura e aumentando a segurança de suprimento, de modo a criar ambiente competitivo capaz de atrair investimentos industriais de longo prazo em igualdade de condições com os principais polos petroquímicos internacionais.

Resultado esperado. Construção de um ambiente de custos compatível com os principais polos industriais globais, capaz de estimular investimentos produtivos, ampliar a produção instalada no país e fortalecer cadeias estratégicas intensivas em energia e matérias-primas e criar condições para expansão sustentável das exportações de produtos químicos de maior valor agregado.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Curto prazo (2027–2028)

Mercado competitivo de gás natural

- Implementar integralmente os mecanismos de Gas Release previstos na Lei do Gás.
- Expandir a autonomia técnica e institucional da ANP para viabilizar a concorrência no mercado.
- Ampliar a transparência na formação de preços do gás natural.
- Expandir o mercado livre de gás e ampliar a liquidez do mercado.
- Estimular a entrada de novos ofertantes e reduzir a concentração da oferta.

Acesso aberto e infraestrutura

- Assegurar acesso aberto, transparente e não discriminatório às infraestruturas essenciais de escoamento, processamento, transporte e estocagem.
- Aperfeiçoar os mecanismos de regulação de acesso.
- Eliminar barreiras à entrada de novos agentes e aumentar a concorrência ao longo da cadeia.

Redução da reinjeção de gás natural

- Estabelecer mecanismos técnicos, regulatórios e econômicos para o aumento da oferta de gás natural, passando pela reinjeção de gás nos campos produtores.
- Ampliar a oferta disponível ao mercado doméstico.
- Priorizar o aproveitamento econômico do gás natural como vetor de industrialização e competitividade.

Reequilíbrio dos custos energéticos

- Revisar a estrutura de encargos setoriais incidentes sobre consumidores industriais.
- Implementar a redução gradual dos custos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para setores energointensivos.
- Alinhar a reforma do setor elétrico aos objetivos de competitividade industrial e expansão do mercado livre de energia.
- Estimular a cogeração e o uso eficiente da energia na indústria.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Previsibilidade logística

- Instituir Programa Nacional de Previsibilidade Logística baseado em indicadores públicos de desempenho.
- Monitorar desempenho portuário, ferroviário, rodoviário e aduaneiro.
- Aumentar transparência, previsibilidade e eficiência das cadeias de suprimentos industriais.

Ecossistemas industriais integrados

- Fortalecer os polos petroquímicos nacionais por meio da integração entre infraestrutura, logística, fornecedores, universidades, centros tecnológicos e serviços especializados.
- Estimular projetos de infraestrutura compartilhada voltados à redução de custos e ao aumento da competitividade sistêmica.

Médio prazo (2028–2030)

Segurança energética industrial

- Expandir a infraestrutura de escoamento, processamento e transporte de gás natural.
- Aumentar a confiabilidade do suprimento para consumidores industriais.
- Integrar planejamento energético e política industrial.
- Criar mecanismos permanentes de monitoramento da segurança de abastecimento.

Competitividade das matérias-primas estratégicas

- Implementar instrumentos tributários, regulatórios e logísticos que reduzam os custos das matérias-primas petroquímicas e renováveis.
- Estimular o aproveitamento competitivo de gás natural, etano, propano, biomassa e demais insumos estratégicos.
- Consolidar cadeias produtivas intensivas em matérias-primas nacionais.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Continuidade dos instrumentos de competitividade industrial

- Assegurar a continuidade, estabilidade e efetividade dos programas de estímulo à indústria química, em especial do Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (PRESIQ), garantindo segurança jurídica, previsibilidade regulatória e confiança aos investidores, de modo a estimular investimentos de longo prazo, inovação, sustentabilidade e a ampliação da capacidade produtiva nacional.
- Desenvolver instrumentos complementares de competitividade industrial, com desenho próprio e critérios específicos, voltados a estimular investimentos, inovação, descarbonização e agregação de valor em diferentes segmentos da indústria química, preservando a efetividade dos instrumentos já existentes e evitando assimetrias competitivas entre empresas instaladas no país.
- Estabelecer instrumentos permanentes de política industrial para a indústria química e petroquímica.

Estratégia nacional para matérias-primas petroquímicas

- Desenvolver estratégia nacional para assegurar a disponibilidade competitiva de nafta petroquímica, etano, propano e demais matérias-primas estratégicas.
- Integrar planejamento de refino, processamento de gás natural e desenvolvimento petroquímico.
- Estimular o aproveitamento industrial de correntes petroquímicas atualmente subutilizadas.
- Incorporar critérios de agregação de valor industrial na formulação das políticas para petróleo, gás natural e refino.

Aproveitamento industrial dos líquidos do gás natural

- Estabelecer diretrizes para maximizar a recuperação econômica de líquidos do gás natural, especialmente etano, propano e butano.
- Assegurar transparência sobre especificações de processamento e recuperação de líquidos nas UPGNs.
- Avaliar os impactos industriais das especificações de qualidade do gás natural sobre a disponibilidade de matérias-primas petroquímicas.
- Integrar a política de gás natural aos objetivos de agregação de valor industrial.

Pleitos da indústria química *cont.*

Infraestrutura multimodal, logística e financiamento

- Consolidar corredores multimodais integrando portos, ferrovias, rodovias e cabotagem, priorizando cadeias industriais estratégicas.
- Promover a integração entre cabotagem, ferrovias, rodovias, dutovias e infraestrutura portuária, reduzindo custos logísticos das cadeias químicas.
- Desenvolver corredores logísticos para uso de gás natural e biometano no transporte de cargas.
- Ampliar a integração física e regulatória dos mercados de gás natural da América do Sul.
- Estabelecer marco regulatório e incentivos para projetos de armazenagem de gás natural.
- Disponibilizar recursos de fundos públicos e instrumentos financeiros para investimentos em descarbonização, priorizando setores hard-to-abate.

Longo prazo (2030–2035)

Política de Estado para insumos e segurança de suprimento

- Transformar gás natural, biomassa, etano, propano e resíduos recicláveis em instrumentos permanentes de política industrial.
- Criar Sistema Nacional de Segurança de Suprimento Industrial, com monitoramento e gestão de riscos de insumos críticos.
- Desenvolver capacidade estratégica de armazenagem e Sistema Nacional de Segurança Energética.
- Desenvolver política nacional de integração entre exploração e produção, processamento de gás, refino e petroquímica.
- Consolidar o Brasil como plataforma sul-americana de gás natural e como plataforma industrial de transformação de recursos naturais em produtos de alto valor agregado.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Missão 2 – Demanda como indutor de investimento e de política industrial

Desafio. Diversas cadeias associadas à química sustentável, à economia circular e aos produtos de baixo carbono enfrentam dificuldades para atingir escala econômica devido à ausência de mecanismos estruturados de formação de mercado.

Objetivo. Utilizar instrumentos de política pública e, sobretudo, o poder de compra do Estado para estimular a demanda, acelerar a formação de mercados e criar previsibilidade para investimentos em novas cadeias produtivas.

Resultado esperado. Ampliação dos investimentos industriais, fortalecimento da inovação, expansão da produção instalada no país e consolidação de mercados para produtos sustentáveis e de maior valor agregado, contribuindo para fortalecer a autonomia produtiva do país e reduzir vulnerabilidades externas em cadeias estratégicas.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Curto prazo (2027–2028)

Compras públicas sustentáveis

- Utilizar o poder de compra do Estado como instrumento de desenvolvimento industrial e inovação.
- Incorporar critérios de sustentabilidade, conteúdo reciclado, conteúdo renovável e baixa pegada de carbono nas contratações públicas.
- Estabelecer mecanismos de preferência, quando cabíveis, para produtos fabricados no Brasil que atendam requisitos de sustentabilidade, inovação e competitividade.
- Priorizar produtos certificados e com atributos de sustentabilidade comprovados.

Certificação, rastreabilidade e transparência

- Consolidar e ampliar mecanismos nacionais de certificação para produtos sustentáveis, incluindo o Selo Verde Brasil.
- Desenvolver padrões de certificação reconhecidos nacional e internacionalmente.
- Implantar sistemas de rastreabilidade que comprovem origem, conteúdo renovável, conteúdo reciclado e atributos ambientais.

Continuidade dos instrumentos de competitividade industrial

- Garantir a manutenção e efetividade dos programas de estímulo à indústria química, em especial, do Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (PRESIQ), assegurando condições para novos investimentos, inovação, sustentabilidade e ampliação da capacidade produtiva nacional.
- Estabelecer instrumentos permanentes de política industrial para a indústria química.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Médio prazo (2028–2030)

Conteúdo local e adensamento produtivo

- Desenvolver mecanismos de conteúdo local para cadeias estratégicas, com metas graduais e factíveis.
- Estimular o adensamento produtivo e a ampliação do valor agregado nacional.
- Integrar instrumentos de conteúdo local às políticas industriais existentes (mobilidade sustentável, transição energética, inovação).
- Utilizar programas governamentais como indutores da demanda por insumos e tecnologias produzidos no Brasil.

Mercados líderes e produtos sustentáveis

- Integrar critérios de inovação, sustentabilidade, circularidade e segurança econômica aos principais instrumentos de política industrial (NIB, MOVER, infraestrutura, saúde, defesa).
- Estabelecer metas graduais para incorporação de matérias-primas renováveis, conteúdo reciclado e produtos de baixo carbono.
- Criar instrumentos que reduzam o diferencial de custo entre produtos convencionais e sustentáveis durante a maturação dos mercados.
- Consolidar sistema integrado de certificação e rastreabilidade harmonizado com referenciais internacionais (EUDR, ISCC).

Desenvolver padrões nacionais de sustentabilidade e pegada de carbono harmonizados com referenciais internacionais, ampliando a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados doméstico e externo.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Longo prazo (2030–2035)

Política de Estado para formação de mercados

- Consolidar mercado nacional de produtos de baixo carbono no qual atributos ambientais gerem valor de mercado.
- Consolidar cadeias da química renovável, da circularidade, da bioeconomia e dos materiais de nova geração.
- Integrar compras públicas, certificação, rastreabilidade, conteúdo local e sustentabilidade em estratégia coordenada.
- Posicionar o Brasil como fornecedor global de produtos químicos sustentáveis, renováveis e de baixo carbono.

Missão 3 – Transição produtiva para uma base integrada (Nova Química)

Desafio. A transição para uma economia de baixo carbono exige novas cadeias produtivas que combinem competitividade, segurança energética e redução de emissões. O desafio brasileiro é integrar de forma eficiente recursos fósseis, renováveis e circulares em uma estratégia industrial única e não substituindo a base petroquímica existente, mas integrando-a progressivamente a rotas renováveis e de baixo carbono.

Objetivo. Implementar a integração entre petroquímica, biomassa, economia circular, hidrogênio de baixa emissão e demais tecnologias de transição, criando uma plataforma industrial competitiva e sustentável.

Resultado esperado. Posicionamento do Brasil como referência global em química competitiva, sustentável e segura; ampliação da agregação de valor aos recursos nacionais; fortalecimento das cadeias ligadas à descarbonização industrial; e consolidação de uma base industrial inovadora capaz de ampliar a soberania tecnológica e produtiva do país, posicionando o Brasil entre os líderes globais no desenvolvimento e na produção de soluções químicas de baixo carbono.

Pleitos da indústria química *cont.*

Estudos de transição da indústria química brasileira demonstram que o acesso competitivo à biomassa, aos resíduos recicláveis e às rotas circulares não é apenas uma questão ambiental, mas um fator determinante de competitividade industrial. Cenários com ampla disponibilidade desses recursos podem reduzir em aproximadamente US\$ 20 bilhões as necessidades de investimento em comparação com alternativas mais dependentes de eletrificação intensiva e insumos fósseis. Por outro lado, restrições ao acesso à biomassa e à circularidade podem elevar os custos operacionais em até US\$ 6,7 bilhões, aumentar os investimentos necessários em até 35% e ampliar a dependência brasileira de importações químicas em valores estimados entre US\$ 4 bilhões e US\$ 9,6 bilhões. A Nova Química deve ser compreendida, portanto, como uma estratégia simultânea de descarbonização, competitividade e segurança econômica. Essa estratégia também pressupõe a modernização e a descarbonização gradual das plantas existentes, por meio de ganhos de eficiência energética, eletrificação economicamente viável, digitalização, otimização operacional e incorporação de novas tecnologias.

Curto prazo (2027–2028)

Harmonização e segurança jurídica e previsibilidade regulatória

- Alinhar os instrumentos da NIB, do Plano Clima, do SBCE, da Taxonomia Sustentável Brasileira e dos programas de certificação ambiental.
- Regulamentar integralmente o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), com regras claras de governança e MRV.
- Estabelecer períodos adequados de adaptação para setores hard-to-abate e expostos à concorrência internacional.
- Fortalecer a proteção de informações confidenciais e segredos industriais nos processos regulatórios.

Uso competitivo de gás natural e líquidos

- Reconhecer o gás natural e seus líquidos como insumos estratégicos para a transição industrial.
- Estimular seu uso como matéria-prima para fertilizantes, petroquímicos, hidrogênio e demais cadeias de maior valor agregado.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Médio prazo (2028–2030)

Química renovável e biorrefino

- Implementar Programa Nacional de Biorrefino voltado a biomassa, resíduos e matérias-primas renováveis.
- Estimular a alcoolquímica, oleoquímica, bioquímicos, biometano e demais rotas sustentáveis, com incentivos fiscais e apoio a plantas-piloto.
- Desenvolver polos regionais de pré-processamento e densificação de biomassa, integrando produção agrícola, logística e biorrefino.

Hidrogênio, amônia e economia circular

- Apoiar investimentos em hidrogênio de baixa emissão e derivados, integrando os setores químico, energético e de fertilizantes.
- Implementar o Marco Nacional da Economia Circular, harmonizando logística reversa, reciclabilidade e conteúdo reciclado pós-consumo.
- Garantir neutralidade tecnológica entre reciclagem mecânica, química e demais soluções de circularidade, com isonomia entre nacionais e importados.

Longo prazo (2030–2035)

Liderança global em nova química

- Posicionar o Brasil como líder global na produção de químicos renováveis, reciclados e de baixo carbono.
- Consolidar sistema industrial baseado na complementaridade entre rotas fósseis competitivas, renováveis e circulares.
- Desenvolver mercados para carbono circular, captura e utilização de carbono e matérias-primas sustentáveis.
- Consolidar política de Estado para a química da transição, integrando investimentos, inovação, infraestrutura, energia e sustentabilidade.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Missão 4 – Defesa comercial, competição justa e segurança econômica

Desafio. A indústria química brasileira compete em ambiente internacional marcado por excesso de capacidade, subsídios governamentais, práticas comerciais distorcivas e crescente uso de instrumentos de proteção econômica por outras economias.

Objetivo. Assegurar condições equilibradas de concorrência por meio do fortalecimento da defesa comercial, da modernização aduaneira, da redução de assimetrias regulatórias e da proteção das cadeias produtivas estratégicas.

Resultado esperado. Preservação da capacidade produtiva nacional, ampliação da segurança econômica, fortalecimento dos investimentos industriais e maior inserção competitiva do Brasil no comércio internacional, assegurando a manutenção de capacidades produtivas estratégicas, reduzindo dependências externas e fortalecendo a soberania produtiva do Brasil em setores essenciais para sua competitividade, resiliência econômica e desenvolvimento de longo prazo.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Curto prazo (2027–2028)

Defesa comercial e fiscalização

- Reforçar a estrutura técnica e operacional do DECOM e da SECEX e ampliar equipes especializadas em dumping, subsídios e práticas desleais.
- Modernizar sistemas de monitoramento e inteligência comercial baseados em dados, reduzindo prazos de análise.
- Ampliar a Lista de Desequilíbrios Comerciais Conjunturais (DCC) e criar mecanismos ágeis de resposta a surtos de importação.
- Implantar Sistema Nacional de Estatísticas e Inteligência Aduaneira para identificar subfaturamento, falsa origem e triangulação.

Controle de importações e modernização

- Ampliar o uso de licenciamento não automático para produtos sujeitos a medidas de defesa comercial.
- Expandir a rastreabilidade e o controle de origem das mercadorias importadas.
- Expandir e aperfeiçoar o Portal Único de Comércio Exterior, digitalizando integralmente os processos.

Aprimoramento do regime de drawback no âmbito do IBS/CBS

- Reconhecer o ato concessório da SECEX como suficiente para habilitação, eliminando duplicações.
- Simplificar o regime com eliminação de obrigações acessórias e uso de dados já disponíveis.
- Excluir requisitos sem relação com risco fiscal, incluindo critérios históricos e financeiros.
- Criar regime simplificado e proporcional para PMEs, reduzindo custos e barreiras à exportação.
- Integrar órgãos e compartilhar dados automaticamente para aumentar eficiência e evitar retrabalho.

Desenvolvimento de normas técnicas e competitividade ambiental

- Desenvolver normas técnicas, metodologias de mensuração e sistemas de certificação alinhados às melhores práticas internacionais, de forma a reconhecer e valorizar a menor pegada de carbono dos produtos brasileiros, promover isonomia competitiva entre produtos nacionais e importados e ampliar a inserção internacional da indústria química brasileira.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Médio prazo (2028–2030)

Carbono na fronteira e isonomia regulatória

- Desenvolver mecanismo nacional de ajuste de carbono na fronteira compatível com as regras da OMC, considerando seus impactos sobre cadeias globais de valor e buscando compatibilidade com os principais referenciais internacionais.
- Evitar que a indústria nacional seja penalizada por custos ambientais não enfrentados por concorrentes e incorporar defesa contra dumping ambiental.
- Garantir equivalência de exigências ambientais, sanitárias, de rastreabilidade e certificação para produtos nacionais e importados.

Facilitação e custos logísticos

- Expandir o programa Operador Econômico Autorizado (OEA) e implantar corredores logísticos prioritários para operadores certificados.
- Atualizar o marco legal do comércio exterior, alinhando-o às melhores práticas internacionais.
- Estabelecer critérios objetivos para cobrança de armazenagem, impedindo a transferência de custos de falhas operacionais aos usuários.

Longo prazo (2030–2035)

Segurança econômica e infraestrutura

- Instituir sistema permanente de monitoramento das dependências externas em cadeias estratégicas.
- Definir metas nacionais de desempenho para portos, ferrovias e corredores logísticos, ampliando a integração multimodal.
- Fortalecer a cabotagem e o uso ferroviário, garantindo acesso não discriminatório à infraestrutura.
- Consolidar sistema permanente de competitividade comercial, integrando comércio exterior, defesa comercial, logística e segurança econômica.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Missão 5 – Ampliação do investimento e da inovação

Desafio. A competitividade da química depende da modernização contínua das plantas e da capacidade de transformar conhecimento em inovação. Limitações de financiamento, riscos tecnológicos elevados e baixa articulação entre os agentes do sistema de inovação reduzem a velocidade dos investimentos.

Objetivo. Ampliar investimentos produtivos, acelerar a incorporação de novas tecnologias e consolidar, com medidas específicas, o ecossistema nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltado à indústria química.

Resultado esperado. Aumento da produtividade, fortalecimento da liderança tecnológica, desenvolvimento de novas cadeias industriais e maior participação brasileira nos mercados de maior valor agregado.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Curto prazo (2027–2028)

Financiamento e transformação digital

- Criar linhas de crédito para expansão da capacidade, modernização e descarbonização das plantas industriais existentes, automação, digitalização, eficiência energética e eletrificação economicamente viável dos processos produtivos.
- Implementar mecanismos de depreciação acelerada para investimentos produtivos e tecnológicos.
- Estabelecer incentivos para adoção de inteligência artificial, automação industrial, gêmeos digitais, manufatura avançada e demais tecnologias de transformação digital aplicadas aos processos industriais.
- Expandir programas de pesquisa aplicada e transferência tecnológica entre empresas, universidades e institutos.

Reinvestimento e ambiente para grandes investimentos industriais

- Desenvolver instrumentos tributários, financeiros e regulatórios que incentivem empresas instaladas no Brasil a ampliar capacidade produtiva e tecnológica, modernizar plantas e investir em novas cadeias químicas de maior valor agregado.
- Estruturar mecanismos permanentes de coordenação entre governo federal, estados, instituições financeiras públicas, empresas e centros de pesquisa para reduzir riscos de investimentos industriais de longo prazo.
- Priorizar projetos estruturantes capazes de ampliar a integração entre petróleo, gás natural, petroquímica, biomassa e química renovável.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Médio prazo (2028–2030)

Ecosistemas de inovação e biorrefino

- Estruturar ambientes permanentes de cooperação entre empresas, universidades, centros tecnológicos e instituições de financiamento.
- Expandir polos tecnológicos e clusters voltados à química, à bioeconomia e à transição energética.
- Desenvolver ecossistema nacional de biorrefino, integrando agronegócio, biocombustíveis, química e energia.
- Apoiar tecnologias de reciclagem química, baterias, armazenamento de energia, hidrogênio de baixa emissão e valorização de carbono.

Longo prazo (2030–2035)

Missões tecnológicas e cadeias do futuro

- Consolidar programas nacionais orientados por missões tecnológicas e industriais estratégicas.
- Desenvolver programas para fertilizantes, química renovável, carbono circular, materiais avançados e CCUS.
- Consolidar política de Estado para inovação industrial de longo prazo, com metas de produtividade, intensidade tecnológica e agregação de valor.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Missão 6 – Governança e coordenação

Desafio. A fragmentação entre políticas industriais, energéticas, climáticas, regulatórias, comerciais e de inovação reduz a efetividade das ações públicas, aumenta custos de conformidade e dificulta a implementação de estratégias de longo prazo. A previsibilidade regulatória constitui ativo econômico fundamental para projetos industriais cujo horizonte de investimento frequentemente supera três décadas.

Objetivo. Expandir os mecanismos de coordenação institucional, aprimorar a qualidade regulatória e promover maior integração entre os diversos instrumentos de política pública relacionados à competitividade industrial.

Resultado esperado. Construção de um ambiente regulatório mais previsível, eficiente e coerente, capaz de aumentar a segurança jurídica, acelerar investimentos e transformar a competitividade industrial em política permanente de Estado.

08

Pleitos da indústria química *cont.*

Curto prazo (2027–2028)

Qualidade e simplificação regulatória

- Expandir a Análise de Impacto Regulatório (AIR) e a avaliação periódica de impactos sobre a competitividade.
- Modernizar e agilizar processos da ANVISA e demais reguladores, simplificando o Registro de Fabricantes Estrangeiros e o Certificado de Venda Livre.
- Unificar reportes de substâncias químicas controladas e criar ambiente digital integrado.
- Definir com clareza as competências regulatórias federais, estaduais e municipais.

Fortalecimento institucional

- Preservar e fortalecer a autonomia técnica, a capacidade institucional e os quadros especializados das agências reguladoras, dos órgãos de defesa comercial e das instituições responsáveis pela implementação das políticas industriais, assegurando estabilidade, continuidade e previsibilidade regulatória.

Médio prazo (2028–2030)

Integração de políticas e governança territorial

- Integrar a NIB, o Plano Clima, o mercado regulado de carbono e os instrumentos de financiamento ao desenvolvimento.
- Fortalecer a governança dos polos industriais por meio de comitês gestores permanentes.
- Implementar o marco legal da economia circular de forma integrada às políticas industrial, ambiental e climática.

Longo prazo (2030–2035)

Coordenação como política de Estado

- Instituir um Conselho Nacional de Competitividade Industrial vinculado à Presidência da República.
- Criar Sistema Nacional de Monitoramento da Competitividade, com indicadores de investimento, produtividade, inovação e descarbonização.
- Consolidar modelo permanente de coordenação entre governo e setor produtivo, transformando a competitividade industrial em política de Estado.



*Agenda Estratégica
para a Indústria
Química Brasileira*

2027–2035

09

Conclusão

Conclusão

A indústria química constitui um dos principais vetores para a reindustrialização do Brasil, para a efetiva transição energética e para a segurança produtiva de cadeias estratégicas. Por ser um setor de **alta complexidade econômica e de elevado efeito multiplicador**, seu fortalecimento não beneficia apenas o próprio setor: dissemina capacidades, produtividade e inovação por todo o tecido produtivo nacional, elevando a complexidade da economia como um todo. Mais do que fortalecer um setor específico, trata-se de criar as condições para que o Brasil volte a competir pela atração de investimentos industriais de escala global, capazes de transformar recursos naturais em produtos de maior valor agregado, tecnologia, empregos qualificados e desenvolvimento.

A implementação desta agenda exige coordenação entre Estado e setor privado, estabilidade institucional e foco em prioridades estruturais. Sem a correção dos gargalos identificados, o Brasil tende a aprofundar sua dependência externa, ampliar ociosidade do parque industrial, reduzir sua atratividade para novos investimentos e perder capacidades produtivas estratégicas, comprometendo sua participação nas cadeias globais de maior intensidade tecnológica e maior valor agregado. O custo da inação será significativamente superior ao aumento das importações, refletindo-se também na perda de inovação, de empregos qualificados, de arrecadação e de protagonismo industrial.

Este documento defende que o Brasil precisa abandonar uma inserção internacional baseada predominantemente na exploração de vantagens naturais e adotar uma estratégia ativa de desenvolvimento industrial. A abordagem orientada por missões oferece um caminho consistente para alinhar políticas públicas, investimentos privados e inovação tecnológica em torno de objetivos claros e mensuráveis, transformando a construção da competitividade industrial em um objetivo permanente de Estado, sustentado por instrumentos estáveis, previsíveis e capazes de estimular investimentos de longo prazo. Essa estratégia parte de uma premissa fundamental: reconstruir primeiro os fundamentos da competitividade, em especial aquela relacionada aos insumos estratégicos, a infraestrutura e o acesso ao financiamento, para, a partir dessa base, acelerar a inovação, desenvolver novos mercados, ampliar a sustentabilidade e consolidar uma indústria química preparada para competir globalmente.

Conclusão *cont.*

A implementação desta agenda não deve ser compreendida apenas como uma política setorial, mas como uma **estratégia nacional para elevar a complexidade econômica**, fortalecer a segurança produtiva e ampliar a inserção competitiva do Brasil nas cadeias globais de valor. Em um cenário internacional marcado pela reorganização das cadeias produtivas, pela crescente importância da segurança econômica e pela intensificação das políticas industriais nas principais economias do mundo, o Brasil dispõe de uma oportunidade singular para reposicionar sua indústria química. Aproveitar essa oportunidade dependerá da capacidade de transformar suas vantagens naturais em vantagens competitivas permanentes, criando um ambiente favorável à implantação de projetos industriais de escala global.

A experiência internacional demonstra que os grandes investimentos industriais são direcionados aos países capazes de combinar três condições fundamentais: mercado com escala competitiva, insumos e infraestrutura eficientes e financiamento de longo prazo. Esses pontos são reforçados por ambiente regulatório previsível, inovação, logística eficiente e integrada, segurança jurídica e coordenação institucional. Construir esse ambiente deve constituir objetivo permanente da política industrial brasileira. Nesse contexto, a indústria química deve ser reconhecida como infraestrutura produtiva estratégica para a competitividade, a segurança econômica e a soberania nacional, desempenhando papel semelhante ao de outros ativos essenciais ao desenvolvimento nacional.

O fortalecimento da indústria química brasileira não deve ser entendido como uma estratégia de substituição de importações em sentido estrito, mas como uma política de construção de competitividade internacional. O objetivo é criar condições para que empresas instaladas no Brasil ampliem sua participação tanto no mercado doméstico quanto nos mercados externos, transformando as vantagens estruturais do país, tais como energia de baixa intensidade de carbono, biomassa, recursos naturais e capacidade industrial instalada, em vantagens competitivas duradouras, capazes de atrair investimentos, ampliar exportações e agregar valor às cadeias produtivas nacionais. Competitividade e inserção internacional são objetivos complementares. O fortalecimento da indústria química busca ampliar a capacidade do Brasil de competir, inovar e exportar em igualdade de condições com os principais polos industriais do mundo, contribuindo para um modelo de desenvolvimento baseado em maior produtividade, maior agregação de valor e menor vulnerabilidade externa.

09

Conclusão *cont.*

Transformar vantagens naturais em liderança industrial exige competitividade para produzir, inovação para crescer e sustentabilidade para liderar. Essa é a estratégia proposta por esta Agenda para fortalecer a indústria química e ampliar a capacidade do Brasil de produzir, inovar, competir e prosperar.



Associação Brasileira
da Indústria Química